ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PRADO, BAHIA: SUBSÍDIO À AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR SUSTENTÁVEL

¹J.R. Costa;¹D.S. Assis; ¹C.V. Manzatto; ¹M.G.C. Sena*

¹Pesquisador Embrapa Solos, Rua Jardim Botânico, 1024, CEP- 22460-000, Bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ, Tel.: (21) 2274-4999 Fax (21) 2274-5291

*e-mail: *costa@cnps.embrapa.br*

Projeto financiado pelo PRODETAB

A relação entre o uso do solo e o sistema de produção passa por um componente que pode torná-lo viável ou inviável, sustentável ou insustentável, em todos os seus aspectos: o componente antrópico. O sistema de produção é dependente das contingências humanas, pertinentes aos diversos grupos sociais que gerenciam a produção e o uso do solo no meio rural.

Este estudo foi realizado pela Embrapa Solos em Prado, no extremo sul da Bahia, como parte do zoneamento agroecológico do município. Visa fornecer subsídios ao desenvolvimento econômico e social, através do suporte tecnológico aos sistemas de produção sustentáveis, com vistas ao atendimento das demandas de abastecimento da comunidade local, e de combate à fome pela produção de alimentos e aumento da renda familiar. No município em questão encontram-se assentamentos do INCRA e do MST, comunidades indígenas Pataxós e fazendeiros comerciais, em constante conflito pela posse da terra. A metodologia teve como base o diagnóstico participativo, englobando entrevistas e questionários aplicados às diversas comunidades (indígenas, assentados e fazendeiros, sendo estes pequenos e médios produtores), coleta de dados socioeconômicos e ambientais, reuniões com as lideranças locais, bem como contatos com diversos organismos governamentais e não-governamentais ligados a projetos de desenvolvimento sustentável para a região.

Na sua história recente, a Costa do Descobrimento foi palco, nas décadas de 40 e 50, de exploração madeireira predatória, com amplo incentivo governamental para as serrarias, porém, com precárias relações de trabalho. Mesmo assim, houve grande pressão migratória dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente após a abertura da BR-101 na década de 70. Devido à natureza predatória dessa atividade, o que antes era Mata Atlântica tornou-se pasto, e poucas áreas se mantiveram próprias para cultivo, além de sofrerem a ação de grileiros, colocando em perigo os meios de sobrevivência da população local, que enfrentou situações de subnutrição. Atualmente, procura-se reverter esse quadro, com o efetivo comprometimento de diversos agentes sociais para o desenvolvimento sustentável, como o orientado pela Agenda 21 (Embrapa Solos, 2002).

Temos alguns exemplos de ações de desenvolvimento postas em prática por cooperativas, associações de pequenos produtores, ONGs e pelo MST, entre outros, no contexto dos Projetos de Assentamento do INCRA na região. De modo geral, os sistemas de produção predominantes no município são, em sua maioria, incipientes e de base familiar, que geram produção comercial apenas quando as suas necessidades de subsistência são atendidas, o que não ocorre sempre. Já os grandes fazendeiros plantam café e mamão para comercialização externa. As principais características dos sistemas de produção nos assentamentos são:

1- No que concerne aos solos: Os solos do município são o Argissolo Amarelo, o Latossolo Amarelo, o Espodossolo e o Neossolo Quartzarênico, em sua maioria degradados e, quanto ao potencial agrícola, apresentam baixos teores de matéria orgânica, sendo, geralmente, distróficos e álicos, com horizontes superficiais arenosos, dificultando a retenção de água e nutrientes, sujeitos à erosão natural acelerada se despidos de vegetação natural. Possuem, portanto, limitações ao bom desenvolvimento das plantas e à boa produtividade (Embrapa Solos, 2002; Embrapa Solos, 1999; Ramalho & Beek, 1995).

2- Em relação a uma amostragem de quatro assentamentos: a) Córrego da Barriguda: é um dos mais pobres; começou em 2001 a vender cacau e coco. Falta, entretanto, planejamento para a distribuição e comercialização do pouco excedente que pode ser vendido. Há pequena criação de aves, produção de leite para consumo próprio, e um rebanho suíno pouco significativo; b) Nossa Senhora do Rosário: também conhecido como Corte Grande, encontra-se em situação melhor, conseguindo comercializar quase toda a produção de café, e, de forma menos expressiva, as produções de mandioca, inhame, aipim, cana-de-açúcar, batata-doce, amendoim, feijão, quiabo, maxixe, coco, banana-da-terra e laranja. A produção é escoada principalmente para a cidade mais próxima, Itamaraju, sendo vendida na feira; c) Assentamento Primeiro de Abril: próximo da cidade de Prado, com cultivos de coco, abacaxi e cana-de-açúcar, comercializados nas cidades de Prado e Itamaraju; d) Riacho das Ostras: produz feijão, aipim, batata e farinha (vendida principalmente na feira, de 150 a 200 sacos por semana) e o urucum (estimado em 200 sacos por ano). Existe ainda a fruticultura praticada em cerca de 180 ha, com o cultivo de pitanga, caju, manga, goiaba, coco e graviola (Embrapa Solos, 2002).

3- De modo geral a produção agropecuária em Prado não teve mudanças significativas da apresentada na Tabela 1 (culturas e criações).

Tabela 1- Principais culturas e criações do município.

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO EMPRESAS	ÁREA (ha)			UNIDADE	PRODUÇÃO
		DESENV.	SAFREIRA	TOTAL		
1 - CULTURAS	-	10.557	61.092	71.569	-	-
Abacaxi	40	0	50	50	cento	13.650
Banana	10	0	15	15	cento	13.500
Banana-da-Terra	20	2	15	17	cento	10.500
Cacau	90	0	2.430	2.430	arroba	63.460
Coco	76	110	20	130	cento	525
Café	46	470	4.380	4.850	saco	108.400
Cana-de-Açúcar	16	0	35	35	tonelada	1.400
Citros	26	5	25	30	cento	40.000
Feijão	122	0	370	370	tonelada	266
Mamão	20	1.700	4.800	6.500	tonelada	144.000
Mandioca	130	140	300	440	tonelada	3.900
Pastagens	394	0	43.543	43.543	-	-
Pimenta-do-Reino	4	0	53	53	tonelada	140
Seringueira	8	50	56	106	tonelada	124
Silvicultura	4	8.080	5.000	13.000	m ³	1.200.000
TOTAL						
2 - CRIAÇÕES	-				cabeça	36.684
Bovinos	-					
- Corte	250				cabeça	25.000
- Duplo propósito	121				cabeça	11.600
Animais de serviço	33				cabeça	84

Fonte: CENEX/CEPLAC, 1997

Em relação à efetividade dos projetos de desenvolvimento em questão, devemos considerar as externalidades sociais de origem histórica, que ainda são atuantes, o que precisa ser trabalhado dentro da perspectiva socioeconômica. As atividades referentes aos solos e sistemas de produção ainda esbarram numa cultura social de busca de favores dos poderosos (clientelismo) que, de acordo com seus interesses, oferecem soluções individualizadas, respaldando o caráter personalista de qualquer intervenção. Em avaliações de racionalidade econômica pode-se conceber que o clientelismo resulta em um aumento de custo, visto que diversos agentes sociais são alocados em atividades não produtivas, procurando se beneficiar

de uma rede de troca de favores, que é altamente assimétrica em termos de poder, gerando subserviência (Silva, 2000). Nesses termos, a vida social permanece inalterada, e a sociedade civil se apresenta desarticulada, visto que os interesses coletivos são colocados em segundo plano (Weber, 1993). Afastando-se concepções conformistas, que contribuem para a reprodução desses modelos ineficientes, deve-se atribuir responsabilidades e se formar competências nos diversos atores sociais, individuais ou coletivos, de modo a se conhecer e alterar para melhor as condições de vida locais, com base no resgate dos valores da população (englobando índios, assentados e pequenos e médios produtores) várias vezes vilipendiada em sua história (Freire, 1984).

Concluindo, verificamos aqui novas responsabilidades inerentes e decisivas ao desenvolvimento de sistemas de produção, pois a cultura do desenvolvimento sustentável implica em uma mudança de mentalidade e remete a uma visão de mundo com um compromisso comunitário de todos os agentes sociais, necessitando de uma sociedade civil que saiba coordenar seus esforços coletivamente, e que possa se tornar empreendedora e pró-ativa na busca de soluções que são fruto de consenso. Julgamos que apenas nesse cenário a inovação tecnológica pode firmar raízes duradouras.

Referências Bibliográficas:

EMBRAPA SOLOS. **Zoneamento agroecológico do Município de Prado, Bahia**. Rio de Janeiro: 2002. 105 p. (Relatório Interno).

EMBRAPA SOLOS. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília, DF: Embrapa Produção de Informação, 1999. 412 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984. 79 p.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3ª.ed. rev. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1995. 65 p.

SILVA, M. F. G. da. Corrupção e desempenho econômico *in*: SPECK, B. W.; ABRAMO, C. W.; SILVA, M. F. G. da; FLEISCHER, D.; NASSMACHER, K. H. **Os custos da corrupção**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 63-78 (Cadernos Adenauer, 10)

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 2ª. ed. Campinas: Cortez Editora: Editora da Unicamp, 1993. 2 v.